

BALANÇO MENSAL

Recessão chegou e deve se agravar em 1991

24c
Octávio Costa

A recessão bateu à porta em novembro, com um índice de desemprego recorde em São Paulo.

E veio para ficar, pois as previsões são de que se agravará no primeiro trimestre de 1991. Discute-se, porém, se a redução do ritmo de atividade econômica, imposto pelo Plano Collor, contribuirá efetivamente para a queda da inflação. Foi exatamente nesse ponto — a relação custo/benefício da política recessiva — que se dividiram as opiniões durante os debates do Balanço Mensal do JORNAL DO BRASIL, que reuniu os economistas Mário Henrique Simonsen, da FGV, Paul Singer, da USP, Rogério Werneck, da PUC-Rio, o cientista político Sérgio Abranches, da Sócio Dinâmica Aplicada, e César Maia, deputado federal pelo PDT-RJ.

O professor Mário Henrique Simonsen, como os demais debatedores, afirma que a recessão é inevitável. Mas ressalta que não pode ser um objetivo de governo, e sim um acidente de percurso. Para ele, o discurso governamental está invertido, “gerando um verdadeiro culto à recessão”. O que, a seu ver, é um erro terapêutico. “Há indícios de que a política monetária não apenas contraiu a demanda, mas também contraiu a oferta”, explica Simonsen. Diante disso, a inflação pode se manter nos atuais níveis. “Se a inflação não cair, o governo vai entrar num inferno zodiacal, com uma mistura de estagflação renitente.” E a sociedade, prevê ele, cobrará medidas anti-recessivas: “Haverá pressões sociais, juntando patrões e empregados”.

Os argumentos de Simonsen, curiosamente, aproximam-se bastante da opinião de Paul Singer, tradicional opositor do receituário recessivo.

Singer adverte que a recessão se instalou no país com extrema violência e deve se “intensificar brutalmente no primeiro trimestre do ano que vem, em termos de desemprego”. Ele duvida que essa política chegue a um final feliz com uma queda muito rápida e consistente da inflação a partir deste mês de dezembro: “Não acredito nisso. A recessão estabilizou a inflação em torno de 15%”.

Singer e Simonsen constatarem que a queda da demanda, pretendida pelo governo, está correndo paralela à queda da oferta, o que explica a resistência dos preços. “Há muita empresa em condições de reduzir a produção, vender menos, mas cobrar preços acima de seus custos”, diz Singer, que aposta na formação de uma frente anti-recessiva liderada por prefeitos e pelos governadores que tomarão posse em 15 de março.

Para Singer, lutar contra a recessão não significa defender a inflação. O deputado César Maia, porém, acha que não é hora de atacar o Plano Collor e confia em que a inflação de janeiro já ficará perto de 10%. Ele garante que o primeiro trimestre de 1991 não será tão dramático como estão pintando. “As empresas tomam certas decisões que produzem uma compensação para a conjuntura. Quando atrasam os pagamentos ou quando atrasam o recolhimento de impostos, estão gerando dinheiro.” Se discorda dos diagnósticos sobre o primeiro trimestre, Maia destaca que “a partir daí, a situação ficará muito delicada”. Mas insiste em que o governo Collor não pode fracassar. “Seu fracasso pode produzir o prolongamento dessa crise por muitos e muitos anos.”

Sérgio Abranches também acredita que o êxito do governo é fundamental, para evitar “um grau elevadíssimo de incerteza, de instabilidade política que poderia fazer com que o país não desse certo”. Em sua opinião, as lideranças políticas devem ter em mente que há um risco grave de ruptura político-institucional. “Tenho expectativas sombrias para 1991”, diz Abranches, admitindo revertê-las se o novo Congresso tiver sensibilidade para a necessidade de combater a inflação. No mesmo tom, Rogério Werneck afirma que o governo não pode recuar, pois “existe uma possibilidade razoável de queda significativa da inflação nos próximos meses, capaz de gerar um círculo virtuoso”. Ele faz uma defesa intransigente da recessão: “Não há possibilidade de um plano desses dar certo se o governo não propiciar um ambiente adverso”. Para Werneck, “ninguém vai baixar preços por patriotismo”.